

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

RETROSPECTIVA

2015 termina, mas a luta continua!

Tenso! Violento! Histórico! Jamais será esquecido!

O ano de 2015 foi marcado pela grande resistência contra a ganância e truculência do Governo Richa. Quebrado por sua própria incompetência e investigado por corrupção, o governador tinha pressa de tirar seu caixa do vermelho. Quem pagou a conta foi a população paranaense e nós, servidores públicos estaduais. Não sem luta!

Lutamos muito! Fizemos a máscara do “bom moço” cair. A nossa garra e determinação fizeram, finalmente, a brutalidade dos “homens de bem” se revelar. Fizemos o governo recuar, mas não desistir de saciar sua ganância para fazer caixa para “investir” em 2016. Investir em quê?

2016 é ano eleitoral! Os mesmos deputados aliados de Beto Richa que aprovaram os pacotes de maldades com aumentos abusivos de impostos e taxas (IPVA, ICMS, energia elétrica e água); que votaram pelo confisco dos recursos da previdência dos servidores enquanto o povo era espancado na praça; virão pedir o seu voto!



Foto: Daniel Castellano - Gazeta do Povo

As páginas centrais desta edição trazem, mês a mês, os principais momentos desta história

Acompanhe. Reviva. Chore.

E, se precisar, dê seu sangue outra vez!

Mas o seu voto para essa gente, jamais!

Beto Richa, nunca mais!

Bancada do Camburão, nunca mais!



SINDISEAB ENTRA EM FÉRIAS COLETIVAS

Sexta-feira, 18 de dezembro é o último dia de expediente de 2015. Nossos funcionários entram em férias coletivas para o merecido descanso. O SINDISEAB volta ao trabalho no dia 20 de janeiro a todo vapor. Mas se você precisar do sindicato, entre em contato com Donizétti Silva pelos telefones * TIM - (44) **9945-0202**; * VIVO (44) **9107-8832**; ou email: **donizetti@sindiseab.org.br**.

**O SINDISEAB deseja a todos boas festas e bom descanso.
Em 2016, a luta continua!**

E MAIS:

■ Página 02:

- * Governo tem superávit de R\$ 5 bilhões mas não paga dívidas com servidores
- * Richa quer alterar limite de Operações de Pequeno Valor para protelar dívidas judiciais
- * Servidores do DIOE foram prejudicados com fechamento de restaurante

■ Página 07:

- * Código Florestal é discutido no SINDISEAB
- * Assédio moral no serviço público vai dar improbidade administrativa

■ Página 08:

- * Sindicatos cobram que autoridades da ParanaPrevidência cumpram a lei
- * Ponto eletrônico discrimina servidores da SEAB

APOSENTADOS, VENHAM!

A primeira reunião do CAP - Coletivo de Aposentados e Pensionistas - de 2016 vai ser em 24 de fevereiro, às 14h00, na sede do SINDISEAB. Além de ficar por dentro das discussões sindicais, nossos aposentados reveem amigos, se divertem nas confraternizações, festas e passeios. Venham fazer parte desta turma feliz!

PAGUE O QUE DEVE!

Mesmo com dinheiro em caixa, governo não liquida dívidas com os servidores

SEAP garante 13º em dezembro e reajuste da data base no fim de janeiro mas mantém desenvolvimento das carreiras em atraso.

Segundo o economista Cid Cordeiro (SINDISEAB/FES), como consequência do tarifaço do Governo Richa (IPVA, ICMS, LUZ e Água), a arrecadação aumentou além das expectativas da Secretaria da Fazenda (SEFA) - entre 10 e 12%. Em novembro, o crescimento da receita do Estado chegou a 17%; e a 14,45% em dezembro.

Com os dados em mãos, no último dia 08, o Fórum das Entidades Sindicais (FES) pressionou a Secretária da SEAP, Dinorah Nogara, para que o governo zere as dívidas com os servidores referentes às promoções e progressões de diversas categorias (2014 e 2015). Estão pendentes os avanços do pessoal da Educação, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e dos agentes penitenciários. Vale-transporte e auxílio-alimentação também estão sem reajuste desde 2012. O FES insistiu mas o governo não se comprometeu com qualquer outra questão financeira além da confirmação do 13º e data base. O reajuste deve seguir o IPCA, superando os 10%, e será pago na folha de janeiro de 2016.

Foram discutidos outros temas como a redução do teto para pagamentos de pequeno valor (leia nota do SINDISEAB); e assédio moral contra servidores e dirigentes sindicais nos órgãos públicos (matéria na página 07).

Nogara solicitou um dossiê para avaliar "caso a caso" as práticas antissindiais e perseguições aos servidores.

A secretária sinalizou que a regulamentação do direito à jornada reduzida para cuidar de parente com portador de deficiência já está com o governador para ser assinada 10 meses depois de aprovada (fevereiro/2015). Neste meio tempo os servidores fazem fila aguardando o deferimento do processos. Os assuntos pertinentes à ParanaPrevidência serão tratados em reunião exclusiva (matéria na página 08).

O Fórum também cobrou a realização de concursos públicos e nomeações de concursados, mas Nogara reafirmou que tudo depende do planejamento e da autorização da SEFA. A primeira reunião com a SEAP do ano que vem ficou marcada para o dia 02 de fevereiro, às 14 horas.

O FES avalia que o Governo Richa continua desrespeitando os servidores. É preciso que os servidores se mantenham atentos para o início de 2016. Lembrando que o governo tem o hábito de mandar, no período de festas e férias, projetos de lei lesivos para a população a serem votados com urgência na Assembleia Legislativa.

Por isso, fique atento: 2016 será ano de luta!!!



NOTA

SINDISEAB critica a mudança no valor para pagamento de precatórios no Paraná

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, em 07 de dezembro, aprovou o Projeto de Lei nº 392/2015 do Poder Executivo reduzindo a R\$ 15 mil o limite para o pagamento das Obrigações de Pequeno Valor (OPVs).

Atualmente, o valor das OPVs é de 40 salários mínimos (R\$ 31.520,00). Caso a mudança seja aprovada, quaisquer indenizações superiores a R\$ 15 mil tornam-se precatórios.

A direção do SINDISEAB considera absurda a proposta do Governo do Paraná de reduzir o crédito de pequeno valor pois é dívida do Executivo originada a partir de ação judicial. Segundo a OAB-PR, em 2015

ainda estão sendo pagos precatórios de 1997. Além da grande quantidade de credores, o Executivo está em atraso com o repasse de verbas para quitação de precatórios para o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) desde outubro de 2014.

Para a direção do SINDISEAB o PL 392/2015 é inaceitável, pois a longa fila de espera leva à busca do "mercado paralelo" de compra e venda de precatórios, onde os deságios ultrapassam os 30%. Assim, a mudança vai causar um enorme prejuízo aos cidadãos que têm indenizações a receber do Governo do Paraná.

Curitiba, 11 de dezembro de 2015
SINDISEAB

IMPrensa Oficial

Servidores estão inconformados com o fechamento do restaurante do DIOE

O contrato não foi renovado e o restaurante que funcionava há mais de 30 anos no prédio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná fechou mesmo as portas em 21 de novembro.



Cerca de 90 pessoas, entre servidores públicos, estagiários e funcionários terceirizados foram prejudicados com a medida. É difícil encontrar na região um restaurante que suporte a demanda pelo preço equivalente ao restaurante do DIOE, onde a refeição custava em torno de R\$ 9,00.

Os servidores do DIOE não recebem vale-refeição. Tampouco o auxílio-alimentação, pois este benefício é concedido só para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 1.576,00). Além disso, desde 2012 o valor do auxílio-alimentação para servidores do Poder Executivo está congelado em R\$ 103,00.

A incoerência do Governo do Paraná é que os magistrados do Poder Judiciário (MP-PR, TJ-PR e TCE-PR), que têm os mais altos salários, recebem auxílios-refeição no valor de R\$ 710,00! Por que tem dinheiro para uns e para outros não? Não são todos servidores públicos?

O DIOE tem condições de conceder o

auxílio-refeição para os servidores uma vez que a instituição tem patrimônio e receita próprios; além de autonomia administrativa, técnica e financeira.

Em 19 de novembro, a direção do SINDISEAB - junto com servidores da instituição - se reuniu com a direção do DIOE para tratar do assunto. Na ocasião, o Diretor Presidente Ivens Moretti Pacheco se comprometeu a encaminhar o escritório à SEAP, anexando o ofício do SINDISEAB, reivindicando uma a solução.

Depois de quase um mês, a situação continua a mesma: sem posição do órgão; sem resposta da SEAP; e o pessoal do DIOE tendo que pagar caro para almoçar.

O SINDISEAB reivindica também a valorização do órgão e uma definição sobre o futuro da instituição. Os servidores públicos querem a criação de um Quadro Próprio do DIOE para a reposição do pessoal estatutário e a realização de concurso público para a contratação de pessoal para a gráfica.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

RETROSPECTIVA 2015



RETROSPECTIVA 2015

O ano entra para a História como um dos mais combativos e violentos do movimento sindical paranaense.

A nossa luta foi árdua e banhada de sangue, suor e lágrimas. Nós nos mantivemos firmes e nos tornamos referência de luta para todo o país.

Envolto em denúncias de corrupção, o governo Richa começa o ano falido e com gana de tirar direitos e arrancar dinheiro dos servidores e da população para sanar suas contas.



JANEIRO - hospitais credenciados do SAS suspendem inclusive o atendimento de urgência e emergência em diversas cidades-polo depois de três meses de atraso no pagamento; Governo atrasa também primeira parcela do 1/3 de férias do funcionalismo estadual e do 1/3 integral dos professores.

FEVEREIRO - Governo Richa manda votar na Assembleia Legislativa (ALEP), em regime de urgência, o fim dos anuênios e quinquênios do funcionalismo e a destruição da carreira dos professores; ao mesmo tempo, quer confiscar os R\$ 8,5 bilhões do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência para o Fundo Financeiro e limitar as aposentadorias de servidores estaduais ao teto do INSS.



Em resposta, FES convoca servidores públicos à greve geral. Educação e Saúde iniciam a paralisação seguidas por inúmeras categorias,

inclusive, todas as universidades estaduais. No dia 09, mais de 5 mil servidores vão ao Centro Cívico onde a APP instala acampamento.



No dia 10, ALEP adota forte esquema de segurança enquanto 10 mil servidores acompanham a sessão, ao vivo, pela TV do lado de fora. Deputados governistas aprovam o requerimento para transformar o plenário em Comissão Geral - o tratoração. Multidão rompe as grades da ALEP, ocupa o plenário, invalida sessão e decide acampar dentro do prédio. Justiça

determina a reintegração de posse estabelecendo multa de R\$ 10 mil/hora, mas APP-Sindicato se recusa a sair. Batalhão de choque da Polícia Militar cerca a ALEP e soldados entram armados no prédio. Deputados governistas fazem sessão no refeitório da ALEP e aprovam Comissão Geral enquanto oposição se nega a participar da sessão secreta.



Em 25 de fevereiro, mais de 50 mil pessoas marcham rumo ao Palácio Iguaçu. SEAP reafirma a promessa de não enviar nenhum projeto de lei para a ALEP alterando a ParanaPrevidência sem discussão prévia com os sindicatos.

Justiça concede liminar parcial para que parte dos professores e 30% dos funcionários nas escolas voltem ao trabalho, mas as aulas até então não haviam sido distribuídas e greve é mantida.



Em 12 de fevereiro, servidores fecham todos os portões da ALEP desde o amanhecer. Impedidos de passar, deputados chegam em caminhão blindado do batalhão de choque da PM, que serra as grades para que a "bancada do camburão" entre pelos fundos. Percebendo que o pacotaço seria aprovado, multidão avança. Polícia reprime mas não consegue segurar. ALEP suspende sessão, pacotaço é retirado da pauta e deputados prometem acabar com o tratoração. Beto Richa chama servidores de "baderneiros". Algumas categorias saem da greve, mantendo o "estado de greve".

Bancada do Camburão faz sucesso no Carnaval de Curitiba, com direito a desfile de "carro blindado" e concurso de marchinhas, enquanto o FES se mantém mobilizado agora com a participação de 23 entidades sindicais.



Durante todo o mês, servidores da base do SINDISEAB mantêm mobilização com reuniões diárias e assembleias na capital e no interior. O pessoal do Sistema SEMA forma a Comissão do Meio Ambiente. Em 27 de fevereiro, a Assembleia Geral Estadual do SINDISEAB aprova "estado de greve".



MARÇO - pagamento dos hospitais credenciados do SAS chega a cinco meses de atraso e atendimento é suspenso outra vez. Na ALEP, fim do tratoração é aprovado. No dia 19, em audiência pública, o governo apresenta ao FES a nova segregação de massas da ParanaPrevidência com o intuito de liberar o Tesouro (e sobrecarregar o Fundo Previdenciário) do pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas acima de 73 anos, cerca de R\$ 145 milhões/mês. O FES reivindica tempo para debater com os servidores.

SINDISEAB organiza comitês locais de mobilização e realiza plenárias em todos os regionais em preparação o Encontro Estadual de 27 de março, quando os servidores discutem conjuntura econômica, aprovam a pauta de reivindicações e o plano de lutas para a campanha salarial de 2015. A necessidade de concurso público para as instituições está entre as principais reivindicações.





ABRIL - o SAS de Ponta Grossa suspende atendimento por falta de pagamento pela terceira vez em 2015!

Sem dar tempo para o debate ou acatar sugestões do FES, PL da ParanaPrevidência é enviado à ALEP em regime de urgência. Mesmo nos fins de semana, servidores intensificam mobilização tanto na capital como no interior. FES apresenta emendas ao PL da ParanaPrevidência.

SINDISEAB realiza diversas assembleias na SEAB e no Meio Ambiente em Curitiba e em todos os regionais. AGE's revelam insatisfação dos servidores com a falta de recursos humanos e materiais para viabilizar o funcio-

namento das instituições do Meio Ambiente e, ainda, com a intenção do governo de confiscar os recursos da ParanaPrevidência. Servidores da nossa base paralisam as atividades na semana da votação.



ALEP amanhece cercada de policiais em 27 de abril para impedir que o povo entre na Casa do Povo. À medida que os servidores vão chegando, mais e mais PMS são alocados de todo o Paraná chegando a 1.500 no Centro Cívico

em 29 de abril. Caravanas de professores são barradas nas estradas. Mesmo assim, cerca de 30 mil pessoas fazem plantão em frente à ALEP para evitar o confisco dos recursos do Fundo Previdenciário.



Tensão chega ao ponto máximo quando tem início a votação. Polícia detona cerca de mil bombas de efeito moral contra os servidores, lançadas até de helicóptero. Além disso usa spray de pimenta, balas de borracha e cachorros. Atiradores de elite mantêm servidores sob a mira. Depois de quase duas horas, mais de

200 pessoas saíram feridas do maior e mais brutal ataque aos servidores estaduais manchando de sangue a História do Estado do Paraná. Fato repercute na imprensa mundial. Governo sanciona, em 30 de abril, a nova lei que lhe permite sacar de uma vez R\$ 480 milhões do Fundo Previdenciário dos servidores.



MAIO - no Dia do Trabalhador, em 1º de Maio, espelho d'água do Palácio Iguatçu é tingido de vermelho

em referência ao sangue derramado no local que agora é batizado de "Praça 29 de Abril".



Quase uma semana depois do massacre, em 05 de maio, servidores voltam a ocupar a praça levando flores, num ato público para reivindicar o pagamento da data base. O Governo dá sinais de reajuste de 0%. Pressionada, em re-

união com o FES, SEAP "inventa" 5% de reajuste - abaixo da inflação - sem dizer como e quando pagaria, sugerindo parcelamento. FES divulga carta de repúdio. Em assembleia geral, base da APP mantém greve.



Em 08 de maio, renomados juristas condenam o governador Beto Richa e o então secretário de segurança, Fernando Franciscchini, no "Julgamento 29 de Abril". O auditório da UFPR repete aos gri-

tos: "Fora Beto Richa!", palavra de ordem que se torna frequente em locais de grande concentração de público como em estádios de futebol e casas de shows no Paraná e em todo o país.

No dia 12, os servidores retornam ao Centro Cívico reivindicando o reajuste previsto em lei, de 8,17% pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). SEAP enrola outra vez e diz que está estudando índice.



Base do SINDISEAB decide em assembleias cruzar os braços para participar em peso do ato público de 19 de maio.

Governo mantém proposta de 5% e FES convoca novamente a greve geral.



SINDISEAB convoca novas assembleias e servidores do Sistema SEMA decidem deflagrar greve, a partir do dia 25 de maio, reivindicando:

- * 8,17% - integral, em maio, incluindo aposentados e sobre toda a remuneração;
- * concurso público para reposição dos quadros de pessoal das instituições do Meio Ambiente;
- * pagamento das pendências financeiras - horas extras, promoções e

progressões;

- * melhores condições de trabalho;
- * valorização e prioridade para o Meio Ambiente;
- * SAS - auxílio saúde;
- * correção das tabelas salariais do QPPE;
- * solução definitiva para os desenquadrados com os devidos enquadramentos;
- * novos valores e ampliação da abrangência dos auxílios transporte e alimentação.



Clima fica ainda mais tenso quando governo anuncia, por telefone, algo pior que os 5%: apenas 3,45% de reajuste e parcelamento em três vezes. Texto do projeto de lei desvincula data base do IPCA. FES considera proposta uma afronta e convoca novo ato público para 29 de maio. Mídia se

coloca ao lado dos servidores e popularidade de Beto Richa despenca. Servidores se manifestam em todos os eventos em que comparecem o governador ou deputados da bancada do camburão. Richa aumenta gastos com publicidade. Greve no Meio Ambiente atinge todos os regionais.

JUNHO - pessoal da SEAB e ADAPAR paralisa atividades por dois dias. Em 03 de junho, governo apresenta pro-

posta prevendo reajustes até 2017. FES realiza assembleias em todas as categorias e greves terminam.

DATA BASE	ÍNDICE	PERÍODO DE REFERÊNCIA
Outubro/2015	3,45%	Maio/2014 - Dezembro/2014
1º de Janeiro/2016	IPCA	Janeiro/2015 - Dezembro/2015
1º de Janeiro/2017	IPCA + 1% de abono	Janeiro/2016 - Dezembro/2016
1º de Maio/2017	IPCA	Janeiro/2017 - Abril/2017



SINDISEAB reorganiza a base em 17 Núcleos Sindicais, em todo o estado, e 06 Organizações por Locais de Trabalho (OLTs), em Curitiba.

Durante o mês de junho, a direção do sindicato se reúne com as autoridades de todos os órgãos da base para levar as reivindicações gerais e específicas de cada categoria.

Em 29 de junho, FES realiza Ato Ecu-mênico lembrando o massacre dos servidores e lava as calçadas do Palácio Iguazu para limpar o astral do governo autoritário e acusa-do de corrupção.



JULHO - SINDISEAB cobra da SEAP a criação do grupo de trabalho para reestruturação do QPPE. Direção do sindicato parte para nova rodada de plenárias em todos os regionais para consolidar a reorganização dos núcleos e eleger representantes locais para o seminário de outubro.



FES protocola Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei da ParanaPrevidência junto ao Supremo Tribunal Federal.

AGOSTO - sindicato continua com o pé na estrada realizando 10 plenárias regionais ao longo do mês. A principal

reclamação dos servidores é quanto à precariedade dos serviços e longas distâncias para atendimento do SAS.



Em Curitiba, Coletivo de Aposentados do SINDISEAB volta à ativa e programa atividades para o fim do ano.

Governo divulga informações da PGE suspendendo processo de enquadramento dos servidores que já tinham processos deferidos confor-

me critérios do Tribunal de Contas do Estado. Tema passa a ser principal ponto de pauta nas plenárias regionais.

SETEMBRO - FES reacende debate sobre enquadramento e organiza reação para garantir isonomia entre os servidores. A luta continua por

via administrativa e judicial. SINDISEAB orienta servidores a fazer cópia integral dos processos e remetê-los para o sindicato para triagem.

OUTUBRO - SINDISEAB realiza o "I Seminário Agricultura e Meio Ambiente Onde estamos? Aonde vamos?" com a presença de autoridades das instituições vinculadas à SEAB e à SEMA para discutir mudanças climáticas e o papel dos serviços públicos neste contexto.



NOVEMBRO - no dia 07, Coletivo de Aposentados e Pensionistas do SINDISEAB faz passeio pelo Caminho do Vinho como última atividade de 2015. O CAP volta a se reunir em 24 fevereiro de 2016.

Nos dias 18 e 19 de novembro, o FES tem importantes contatos com autoridades da ALEP, PGE e MP-PR sobre a viabilização do enquadramento dos servidores do QPPE. Ministério Público promete ouvir os sindicatos, avaliar processos e recomendar enquadramento de quem tem o direito reconhecido pelo TCE-PR.



DEZEMBRO - SINDISEAB faz triagem das cópias dos processos de enquadramento. As informações servirão de subsídio para instrução dos autos de Inquérito Civil nº 0046.15.079515-4, do Ministério Público.

Sindicato termina 2015 com confraternização em Curitiba e em todos os regionais. Que 2016 nos traga ainda mais garra, união e bons frutos para a nossa luta em defesa dos direitos dos servidores e dos serviços públicos de qualidade para a população paranaense!



GRUPO DE ESTUDO

SINDISEAB aprofunda discussão sobre o Código Florestal

A reunião temática ocorreu em 03 de dezembro, com a presença Derli Dossa, engenheiro agrônomo do DERAL/SEAB.

O agrônomo revela que quando o Novo Código Florestal (NCF) foi idealizado o “espírito da lei” foi o de não penalizar o agricultor e trazer soluções, “não criar mais problemas”. No Brasil, o passivo ambiental atinge entre 22 milhões e 32 milhões de hectares. Os dados do IBGE e do INCRA divergem nos números. O IBGE considera a existência de 5,176 milhões de propriedades rurais, das quais 4,2 milhões são destinadas à Agricultura Familiar. Já o INCRA contabiliza cerca de 7 milhões de propriedades rurais.

Com o NFC, o proprietário rural terá que se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR) onde declara todas as informações da propriedade como áreas de interesse e de utilidade pública; com remanescentes de vegetação nativa; Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL);

de uso restrito e consolidadas.

Depois de se inscrever no CAR, o proprietário rural assina um Termo de Compromisso no Programa de Regularização Ambiental (PRA) com prazo de 20 anos para regularização do passivo ambiental da propriedade nas APPs e de RL nos moldes do Novo Código Florestal.

A vantagem é que quem apresenta os dados é o proprietário rural. A grande dificuldade do governo era não ter funcionários suficientes para levantar os dados de todos os imóveis rurais num país de dimensão continental. Depois de declarado, o IAP fará análise e homologação do CAR. A partir de 2017, o agricultor/pecuarista terá que necessariamente estar inscrito no CAR para ter acesso ao crédito rural.

Uma das polêmicas com os am-



Derli Dossa participou da elaboração do Novo Código Florestal, enquanto esteve no Ministério da Agricultura e Abastecimento como assessor do então Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

bientalistas foi a parte da lei que suspendeu as sanções em função de infrações administrativas (multas) por supressão irregular de vegetação nas áreas de APP, Reserva Legal e de uso

restrito cometidas até 22/07/2008. Dossa explica que “houve um esforço de evitar judicialização” e de, ao mesmo tempo, regularizar as propriedades rurais.

SERVIÇO PÚBLICO

Projeto de Lei define assédio moral como motivo para improbidade administrativa

A Comissão de Trabalho da Câmara Federal aprovou um projeto de lei do Senado que modifica a Lei de Improbidade Administrativa (LIA).



(Charge extraída do site do Sindicato dos Bancários - RJ)

Determinar prazos impossíveis de serem cumpridos, exigir de um funcionário o que não exige dos outros, tratar com agressividade ou com desdém, isolar dos colegas, perseguir, transferir de setor como punição, tirar de funções de responsabilidade para cumprir tarefas triviais, tudo isso pode ser tipificado como assédio moral.

O QUE FAZER:

- * se você está sofrendo assédio moral, **informe-se, reúna provas e denuncie;**
- * se é colega de alguém que está sendo assediado, **ofereça-lhe solidariedade**, pois amanhã a vítima pode ser você;

- * mas se você é o chefe e suas atitudes “normais” estão descritas como a de um assediador, cuidado: **é melhor buscar informações, orientações, terapias, a Deus** (ou tudo isso junto) do que ter que contratar um advogado!

Neste ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) criou jurisprudência, reconhecendo o assédio moral contra uma servidora pública do Rio Grande do Sul como ato de improbidade administrativa.

Cultura x Leis - no Brasil, infelizmente, a cultura da exploração, da opressão e da violência ainda está arraigada em nossa sociedade. De forma sutil ou explícita. Por isso, depois de muito debate e luta dos movimentos sociais, foram criadas leis como Afonso Arinos (racismo); Maria da Penha (mulheres) e os estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso.

A reprodução da opressão também acontece no ambiente de trabalho. Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, já dizia que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”! A cada dia mais leis municipais e estaduais são aprovadas para

por fim ao assédio moral. Inúmeras cartilhas estão disponíveis na internet sobre o assunto. Comportamentos de violência enraizados, no entanto, levam tempo para serem extirpados, por isso devem ser combatidos e denunciados.

Ignorância não é desculpa - agora em novembro, um vereador negro de Curitiba se viu obrigado a reagir. Enquanto tomava cafezinho com colegas, ouviu de outro vereador uma piada racista. Como ninguém achou graça, o piadista repetiu a anedota três vezes. O vereador ofendido foi às lágrimas e, em seguida, registrar a ocorrência na delegacia! Agora sob o risco de prisão, o vereador acusado de racismo alega que “não imaginou” que estaria ofendendo o colega. Mesmo com o pedido de desculpas, o ofensor terá que responder inquérito policial e pode ser preso.

O QUE VAI MUDAR NA LIA

Agora, o Projeto de Lei do Senado nº 8.178/2014 acrescenta um inciso ao Art. 11 da LIA (nº 8.429, de 02/06/92):

“IX - coagir moralmente subordinado, por meio de atos ou expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a sua dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.”

As penas previstas estão definidas na própria LIA, no artigo seguinte (Art.12, In-

ciso III): “na hipótese do Art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.”

CHEGA DE OMISSÃO!

Sindicatos pressionam autoridades da ParanaPrevidência

O Fórum das Entidades Sindicais do Paraná, no dia 30 de novembro, protocolou requerimentos pressionando os gestores da ParanaPrevidência para que cobrem do Estado do Paraná, por via administrativa e judicial, o cumprimento da legislação.

Os ofícios foram endereçados tanto ao presidente da instituição, Rafael Iatauro; quanto ao presidente do Conselho de Administração da ParanaPrevidência, Norberto Anacleto Ortigara. A ParanaPrevidência é quem gerencia o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná - RPPS.

Ambos receberam um documento de 17 páginas que expõe detalhadamente as inúmeras vezes que o Governo Richa e os seus antecessores não cumpriram o que estava previsto na legislação estadual, federal e na Constituição em relação ao RPPS dos servidores paranaenses. Consequência disto foi o desequilíbrio atuarial de cerca de R\$ 8 bilhões que resultou nas mudanças das leis da ParanaPrevidência em 2012, 2014 e 2015.

Dívida antiga - “ao longo desses anos, deixaram de ser feitos repasses das contribuições, da taxa administrativa e do custeio da ParanaPrevidência, o que contraria a legislação federal, especialmente a 9.717/1998. Até hoje não foi cumprido o disposto no artigo 38 da Constituição Estadual do Paraná com relação às dívidas do Estado do

Paraná junto ao IPE, sucedido pela ParanaPrevidência,” diz um trecho do texto. Os sindicatos afirmam que as contas para verificar qual é a dívida acumulada devida ao RPPS nunca foram auditadas.

Manobras - nem mesmo a Lei Estadual 18.370/2014 está sendo cumprida. A 18.370/2014 estabeleceu que o Estado deveria fazer sua contrapartida na mesma proporção dos descontos realizados sobre os benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas (naquilo que exceder o teto do Regime Geral da Previdência - R\$ 4.663,75).

Em 27 de fevereiro deste ano, o Art. 7º do Decreto Estadual 578/2015 determinou que a contrapartida do Estado fosse devida somente a partir de 1º de abril. Em 30 de abril, o governo publicou outro decreto (nº 1185/2015) revogando o Art. 7º do 578/2015.

“Com fulcro (apoio) em um decreto que contraria a Lei Estadual 18.370/2014 o Estado do Paraná não vem fazendo sua contrapartida”, reclamam os sindicatos, “em decisão claramente auto-protetiva e lesiva ao patrimônio público estadual”.



Os sindicatos argumentam também que a Lei 18.469, de 30 de abril de 2015 (sancionada no dia seguinte ao Massacre do Centro Cívico), transferiu 33.500 benefícios previdenciários para o Fundo Previdenciário, “reduzindo expressivamente a solvência do RPPS do Paraná”, dos quais “muitos nunca contribuíram com o Fundo Previdenciário, o que é muito nocivo ao patrimônio público”. O grupo de trabalho para discutir as questões previdenciárias do Estado do Paraná, também previsto na 18.469/2015, “até o momento”, apontam os servidores, “não se efetivou”.

E ainda, há informações de que Estado do Paraná não tem repassado a taxa de administração para

a ParanaPrevidência; tampouco as verbas para as despesas de custeio da instituição.

Cobrando posicionamento - “os gestores da ParanaPrevidência mantiveram-se silentes (mudos) em relação às mudanças feitas pela lei 18.469/2015, como se mantiveram silentes os outros gestores desde 1998 sobre os diversos atos lesivos ao RPPS dos servidores do Paraná”, acusam os sindicatos, “não podem os dirigentes da ParanaPrevidência e seus conselheiros se manterem omissos quanto ao descumprimento pelo Estado do Paraná de suas obrigações legais e constitucionais, sob pena de responsabilização pessoal cível e criminal”, finalizam.

DISCRIMINAÇÃO NA SEAB

SINDISEAB aponta ilegalidade em mudanças no relógio ponto

Em 23 de Novembro, o sindicato protocolou um ofício endereçado ao Secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, expondo as situações causadas pela implantação do novo sistema de controle de horário dos servidores.

O sistema de registro eletrônico de ponto da SEAB tem causado polêmica. Após amplo debate especialmente com os servidores do interior, que são os mais afetados, o SINDISEAB protocolou ofício nº 74 - 23/11/2015 – SG (SID nº 13.871.062-9, 2/12/2015), solicitando alterações, simplificação e revisão de procedimentos no sistema de registro eletrônico de ponto da SEAB.

Na avaliação do sindicato, o sistema é arbitrário e ilegal pois impede a marcação de horas excedentes às 8 horas diárias. O registro eletrônico também anota automaticamente (mediante

justificativa posterior) o intervalo de almoço do servidor que está a campo, não levando em conta a real e efetiva situação da jornada trabalhada por esses servidores.

O sindicato questiona também o fato de apenas a SEAB ter adotado este sistema “caracterizando-se atitude discriminatória”, o que viola o artigo 54º do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Assim, o ofício protocolado reivindica que a Direção da SEAB reveja e aprimore o sistema, com a participação dos servidores envolvidos. Nota - uma cópia do ofício foi enviada a todos os servidores da SEAB do interior.



RESUMO DAS REIVINDICAÇÕES PARA A PARANAPREVIDÊNCIA

I - Sejam adotadas as medidas administrativas e judiciais para exigir que o Estado do Paraná, por seu Chefe do Executivo, cumpra as suas obrigações legais frente à Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Paraná, PARANAPREVIDÊNCIA, especialmente as que seguem:

- 1) Cumprimento imediato do artigo 38 da Constituição Estadual do Paraná;
- 2) Repasse pontual de todas as contribuições previdenciárias;
- 3) Repasse integral da taxa de Administração;
- 4) Repasse de verbas para o custeio da PARANAPREVIDÊNCIA;
- 5) Revogação do Decreto 1185/2015 e realização da contrapartida estatal da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, conforme constou da Lei 18370/2014;
- 6) Imediata constituição do Grupo de Trabalho previsto no artigo 4º da Lei 18469/2015.

II - Realização de auditoria no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Paraná, cuja unidade gestora é a PARANAPREVIDÊNCIA, e adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

III - Requer sejam deferidos os pedidos sob pena de constituir em mora os gestores da PARANAPREVIDÊNCIA sob pena de constituir em mora em relação aos seus deveres legais, constitucionais e estatutários.